



# Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1979.

SEXTA-FEIRA

MENSAGENS:  
MENSAGEM N.º 50/79

Curitiba, 23 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência e submeter à elevada consideração dos Membros desse nobre Poder, o incluso anteprojeto de lei que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos e externos pelo Tesouro Estadual e para a concessão de garantias e prestações de fiança ou aval a operações contratadas pela administração indireta estadual.

O entendimento que orienta esta solicitação é de que os recursos obtidos por intermédio da contratação de operações de crédito devem, necessariamente, ser relacionados à programação definida em termos setoriais, donde a vinculação dos montantes a contratar em cada exercício aos programas e projetos expressamente previstos nos orçamentos anuais e plurianuais do Estado já previamente aprovados pelo Poder Legislativo.

O Governo do Estado considera que a captação de recursos de terceiros não deve ser entendida como uma fonte elástica de recursos para a realização de planos ambiciosos, condicionando, na medida do possível, as programações aos recursos assegurados. Entretanto, há que ser reconhecida a limitada capacidade dos Estados em conduzirem programas de investimentos ou de ampliação das atividades de atendimento às comunidades, exclusivamente com recursos próprios.

Dentre as recentes diretrizes ministeriais, a explicitação do propósito de "revisar a política fiscal com vistas a mais adequada distribuição dos recursos entre os vários níveis de governo" constitui uma evidência palpável da preocupação federal com a atual disponibilidade de recursos próprios dos Estados e municípios.

A necessidade de recursos complementares é produto, pois, dos grandes desafios que este Governo terá que enfrentar nos próximos anos, dentre os quais destacam-se:

- A necessidade de gerar expressivo número de empregos, considerando que anualmente cerca de 200.000 (duzentas mil) pessoas ingressam no mercado de trabalho, fato agravado pela liberação de mão-de-obra decorrente da tecnificação da agropecuária e da substituição de culturas.
- A continuidade da adequação da estrutura urbana das pequenas e médias cidades, de forma a diminuir a migração para os maiores centros, evitando assim o comprometimento da capacidade de atendimento dos mesmos, que passam a requerer urgentes e onerosas inversões para o seu redimensionamento.
- A necessidade de elevar os níveis de produtividade, a nível de pequena e média propriedades agropecuárias, como forma de elevar a renda real das populações rurais e de racional utilização de parcelas adicionais do território estadual para o esforço produtivo.

Além disso, a atual conjuntura internacional e os seus previsíveis desdobramentos, aliada ao conjunto de diretrizes e medidas a nível nacional, intencionalmente orientadas ao combate da inflação e à obtenção do equilíbrio no balanço de pagamentos, deverão restringir significativamente a possibilidade de obtenção de recursos de terceiros para o financiamento de programações estaduais. Em verdade, e como Vossa Exce-

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

A Mesa registra com satisfação a presença no Plenário, do Sr. João Alves da Rocha Loures; Dr. Silvano Alves da Rocha Loures Neto; Anísio Saboia; Dr. Décio Pacheco; Sr. Ramiro da Rocha Loures Bueno.

Está publicado no "Diário da Assembléia" o pedido de renúncia do Sr. Tuguio Setogutte, com a letra e firma reconhecidas.

Na vaga resultante da renúncia, a Mesa declara efetivado o Sr. Rosário Pitelli, convocando-o para preencher a vaga na Bancada da ARENA, o 1.º Suplente deste Partido, Sr. Renato Bueno.

Como o Sr. Renato Bueno, já se encontra presente no Palácio 19 de Dezembro. A Mesa designa para conduzi-lo até o plenário uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Cyro Martins, Lázaro Dumont, José Tavares e Nelson Buffara, para introduzirem no plenário, o Sr. Renato Bueno.

(Pausa) — Convido o Sr. Renato Bueno a prestar o compromisso de posse:

O SR. RENATO BUENO — "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A DO ESTADO, DESEMPENHAR FIEL E LEGALMENTE, O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, E PROMOVER O BEM DO PARANÁ." (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Declaro empossado o Sr. Renato Bueno, e convido Sua Excelência a ocupar o lugar entre os seus Pares.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte: **EXPEDIENTE:**

lência certamente antevê, a possibilidade de captação de recursos financeiros no mercado nacional e internacional tornar-se-á progressivamente mais limitada do que já o é na atualidade.

Conseqüentemente, a existência de um dosado grau de flexibilidade, para a tempestiva obtenção de recursos adicionais, tão logo se apresentem disponíveis, torna-se não apenas algo desejável, mas sim um imperativo para que o Governo Estadual possa enfrentar os desafios anteriormente indicados.

Essa flexibilidade se impõe, ainda, diante da vulnerabilidade da nossa estrutura produtiva frente às contingências climáticas e de mercado internacional, conforme demonstrado nos últimos anos e pela necessidade de se manter plenamente ativados os programas governamentais, responsáveis que são pela absorção de amplos contingentes de trabalhadores.

Por outro lado, a existência de programas em desenvolvimento, sob a responsabilidade da administração indireta, tornará necessária a complementação dos seus recursos por intermédio de operações de crédito.

A importância desses programas, em particular os das áreas de apoio urbano, de saneamento, energia, agricultura, educação e transportes, para a consolidação de infra-estrutura compatível com as nossas necessidades, além do seu papel na geração de empregos, constituem o fundamento da presente autorização, para a concessão de garantias, avais e contragarantias pelo Poder Executivo Estadual aos empréstimos contratados por tais entidades, sempre obedecidos os limites legais.

Considera-se, assim, o Poder Executivo, credenciado para pleitear tal autorização, de vez que a utilização da capacidade de endividamento do Estado vem se fazendo de forma parcimoniosa.

Espero, Senhor Presidente, ter demonstrado os altos propósitos que orientam o Governo do Estado na antecipação e concretização de investimentos do maior alcance econômico e social, com benéficos reflexos para o homem paranaense.

Certo de merecer a elevada acolhida de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, renovo-lhe, nesta oportunidade, meus protestos de real estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, através da administração direta ou indireta, autorizado a, durante o período de 1979 a 1983, contratar empréstimos e a obter financiamentos internos até os limites anuais estabelecidos pelas resoluções do Senado Federal e respectivas regulamentações para, especificamente, atender a despesas de capital programadas em atividades, projetos e programas contidos nos orçamentos anuais e plurianuais aprovados pelo Legislativo.

Art. 2.º — Para fazer face a despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais e plurianuais, o Poder Executivo, através da administração direta ou indireta, fica também autorizado a contratar novos empréstimos externos, em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte).

Parágrafo Único. Para as operações de crédito referidas neste artigo, a presente autorização não dispensa o Poder Executivo da obtenção da anuência expressa do Senado Federal, nos casos em que tal formalidade for exigível por dispositivo constitucional.

Art. 3.º — A execução do disposto nos artigos 1.º e 2.º poderá efetivar-se em uma ou mais operações, em qualquer data, e com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedoras.

Art. 4.º — O Poder Executivo fica autorizado, também, a contratar, além do montante referido no art. 2.º desta lei,

operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, até o valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para atendimento do Programa de Rodovias Alimentadoras do Estado do Paraná.

Art. 5.º — A concessão de fiança, aval ou outras garantias e a prestação de contragarantias a novos empréstimos e financiamentos internos e externos da administração indireta do Poder Executivo, poderão ser efetivados em valor adicional às autorizações contidas nesta lei, até o limite de cinquenta por cento das mesmas, observada a legislação pertinente em vigor.

Art. 6.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia, mediante caução ou qualquer outra forma de vinculação, as ações de Sociedades de Economia Mista em que o Estado é acionista majoritário, e que excederem a cinquenta e um por cento do capital subscrito e integralizado, com direito de voto, em cada Sociedade.

Parágrafo Único. A efetivação da outorga das garantias a que se refere este artigo dependerá de prévio pronunciamento da Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 7.º — O prazo de amortização, carência, juros e taxas adicionais e comissões referentes a empréstimos ou financiamentos a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e às exigências dos Órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 8.º — O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida contratada e a contratar.

§ 1.º — As dívidas internas serão dissociadas das externas, compondo projetos distintos no Orçamento.

§ 2.º — Os encargos com a dívida a contratar serão calculados com base no montante de receitas oriundas de operações de crédito previstas no orçamento do mesmo exercício, levando-se em consideração as datas previstas para sua efetivação.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 51/79

Curitiba, 23 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência e submeter à elevada consideração dos Membros desse nobre Poder, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva ser concedida autorização ao Poder Executivo para prestar contribuição em dinheiro, no valor total de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), à Sociedade Antônio Vieira e à Sociedade Beneficente Santa Catarina de Siena, também conhecidas, respectivamente, como "Companhia de Jesus" e "Ordem dos Pregadores da Província Utriusque Lombardias", entidades privadas de caráter religioso e sem fins lucrativos.

Conforme é do conhecimento dessa augusta Casa, as aludidas entidades já foram contempladas anteriormente — em decorrência do previsto nos artigos 5.º e 6.º, da Lei n.º 1.005, de 25 de outubro de 1952 — com doação, por parte do Estado, de 2 (duas) áreas de terreno situadas nesta Capital, as quais recentemente culminaram por reverter ao patrimônio estadual, em decorrência de cláusulas insertas nos mencionados artigos de lei e nas escrituras públicas que lhes foram conseqüentes.

Outrossim, venho de ter vetado, recentemente, projeto de lei remetido por essa Côrte, que objetivava reiterar a doação de parte das referidas áreas às mesmas instituições.

O veto aposto àquele projeto, entretanto, como creio ter

elucidado nas razões que o justificaram, longe está de traduzir qualquer intenção do Poder Executivo no sentido de excluir a prestação de apoio às mencionadas entidades, havendo, isto sim, sido orientado por razões de relevante interesse e conveniência administrativa do Estado, que ora se ressente da carência de terrenos para edificação de suas próprias obras.

De tal forma, o plano de lei que ora encaminho a essa colenda Assembléia tem em mira possibilitar forma alternativa de concessão de benefício, que melhor se ajusta à conveniência do Estado no que se refere ao assunto.

Em tais condições, Senhor Presidente, e na certeza de que o anteprojeto incluso merecerá pleno acolhimento por parte desse colendo Poder, renovo-lhe, nesta oportunidade, meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) NEY BRAGA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar doação, a título de contribuição, no valor total de Cr\$..... 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros), à Sociedade Antônio Vieira e à Sociedade Beneficente Santa Catarina de Siena, também conhecidas, respectivamente, como "Companhia de Jesus" e "Ordem dos Pregadores da Província Utriusque Lombardiae" entidades privadas de caráter não lucrativo.

Parágrafo Único. A importância prevista neste artigo será rateada entre ambas as entidades, na razão de Cr\$..... 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil cruzeiros) para a primeira e Cr\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil cruzeiros) para a segunda, devendo as respectivas aplicações serem efetuadas exclusivamente para fins sociais, culturais, esportivos e educacionais.

Art. 2.º — As entidades beneficiárias deverão prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado, da aplicação das respectivas parcelas da contribuição a que se refere esta lei.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos e louvor à Associação Paranaense de Oftalmologia, pela realização em Curitiba, do IV Simpósio de Oftalmologia.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Reunindo mais de quatrocentas autoridades do assunto, a Associação Paranaense de Oftalmologia, brilhantemente dirigida pelo Doutor Aristides Athayde Neto, realiza à partir de amanhã, dia 28 de abril de 1979, até a próxima segunda-feira, o IV Simpósio Nacional, com conferências marcadas para o Teatro do Trabalhador (SESI) e cursos que serão ministrados no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Trata-se de um acontecimento dos mais importantes na agenda das grandes promoções, pois embora seja um encontro nacional, já adquiriu conceito internacional, tanto que foi sugerida a alteração do nome do encontro para "Congresso Sul-Americano de Oftalmologia".

Um fato marcante será registrado durante o evento, pois serão transmitidas para o plenário, pela primeira vez no Brasil, através de circuito fechado de televisão, microcirurgias oculares a serem realizadas no Hospital Evangélico, pela equipe do pro-

fessor Hilton Rocha, de Belo Horizonte.

Através de equipamentos importados dos Estados Unidos, serão geradas imagens coloridas, diretas e ao vivo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à RÁDIO CONTINENTAL/CAPITAL, pela excelente programação que vem mantendo no ar, realizando um trabalho sério de rádio-jornalismo.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que várias emissoras de rádio se preocupam com as programações musicais, rodando até mesmo um número demasiado de canções estrangeiras, desponta no gosto popular, ganhando a preferência popular e a confiança dos ouvintes, a RÁDIO CONTINENTAL/CAPITAL.

Fazendo uma programação de alto nível, consegue manter uma linha permanente de sucesso, com noticiários de qualidade, reportagens diversas, além de programas ecléticos, onde o jornalismo é uma constante.

Contando com uma equipe respeitável de comunicadores, a emissora tem como lema a valorização do homem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Ilustríssimo Senhor Agostinho Rodrigues, M.D. Presidente da Rádio Difusão S.A. — RADIPAR, expediente solicitando as seguintes informações:—

- 1 — Quais os canais que estão sendo retransmitidos para o Sudoeste;
- 2 — Quais as retransmissoras que estão sendo utilizadas da TELEPAR ou as que pertencem ou pertenciam à Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná AMSOP;
- 3 — Quais as razões que motivaram a desativação da retransmissora localizada em Jacutinga, impedindo, inclusive, que o extremo oeste da região receba imagens e som de TV;
- 4 — Quais as obrigações das Prefeituras Municipais, em especial, no que diz respeito a retransmissoras locais.

Requer, outrossim, que do presente dê-se ciência às Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos Municípios que compõem a AMSOP.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores GAL. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado e ao DR. EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, contendo reivindicações, no sentido de que seja construída e criada uma escola de 2.º grau, no núcleo habitacional Santa Efigênia, nesta Capital, e com recursos próprios do Estado.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT

#### JUSTIFICATIVA:

O número de alunos do núcleo residencial Santa Efigê-

nia, que se deslocam para outros bairros e para o centro da cidade, já é bastante numeroso, haja visto que aquele núcleo possui hoje setecentas e quarenta casas e cento e vinte apartamentos já habitados, estando em fase de conclusão mais dez blocos com quatrocentos apartamentos e que irá totalizar hum mil, duzentas e sessenta residências, com uma população de aproximadamente oito mil habitantes.

A construção do referido estabelecimento de ensino viria beneficiar além dos moradores daquele núcleo, também as vilas adjacentes, com uma população que ultrapassa a mais de trinta e cinco mil habitantes, e cujos pais de família estariam um pouco mais tranquilos, com seus filhos estudando mais perto de suas residências.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor GENERAL OZIEL DE ALMEIDA COSTA, Digníssimo Presidente do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), solicitando urgente revisão dos critérios de venda de gasolina nos postos, em decorrência dos prejuízos que os atuais critérios estão causando ao homem do campo.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

Os trabalhadores rurais não tem condições de comprar gasolina em recipientes de 100 (cem) litros, por 3 (três) motivos: falta de recursos financeiros; dificuldade no transporte e necessidade de manter tamanha quantidade em depósito, considerando que a gasolina de que necessitam é para abastecer moto-serras, trituradoras, trilhadeiras, motor para bombas de puxar água etc., sendo que para tanto, adquiriam galões de dez, quinze ou vinte litros, transportando eles próprios, em carroças ou até mesmo a pé.

No entanto, agora, de acordo com os atuais critérios, os mesmos estão enfrentando as maiores dificuldades, quais sejam: têm de tomar um táxi para irem até a respectiva propriedade, onde fazem a retirada da gasolina necessária, devendo também pagar o retorno do táxi ao seu local de origem, aumentando, dessa forma, o gasto para a aquisição do precioso combustível, contrariando totalmente aos propósitos de economia, conforme requer a política adotada pelo atual Governo, de combate à inflação.

Situação semelhante e até mais grave, estão enfrentando os trabalhadores rurais das ilhas do Rio Paraná que, para abastecer seus barcos, têm de pegar um táxi do posto até a barranca do rio, onde os barcos são abastecidos, devendo pagar, também neste caso, o retorno do mencionado veículo, encarecendo ainda mais o custo de vida, daqueles que enfrentam os problemas da seca, geada e preços mínimos, para que possam obter um pouco de lucro nas suas plantações.

Ressalta-se ainda, que se assim não procederem, sem gasolina o trabalho na zona rural fica totalmente paralizado acarretando prejuízos incalculáveis para o homem da terra, principalmente para o pequeno proprietário, o parceiro e o meeiro, que não possuem condições financeiras para a aquisição de um tambor de 100 (cem) litros de gasolina, que além de tudo põe em sério risco a vida não somente do trabalhador, mas de toda sua família, tendo em vista que muitos são os casos de internamentos hospitalares, com problemas de queimaduras de fogo, causados por acidentes com álcool e querosene, produtos esses que ainda podem ser adquiridos em pequenas quantidades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, requerimento neste sentido já foi aprovado e encaminhado ao ex-Ministro das Minas e Energias, e também ao Presidente da PETROBRÁS,

no início do ano em curso, e em atenção à resposta do Chefe de Gabinete da Presidência da PETROBRÁS, de que esse assunto é da exclusiva competência do Conselho Nacional de Petróleo (CNP), e que nos leva a fazer novamente este apelo, solicitando o apoio dos nobres Pares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores GAL. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, e ao DR. OSCAR ALVES, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, contendo apelo no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde no núcleo residencial Santa Efigênia, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

O núcleo residencial de Santa Efigênia, localizado no bairro da Barreirinha, nesta Capital, possui hoje, já habitadas, setecentas e quarenta casas e cento e vinte apartamentos, estando em fase de conclusão mais dez blocos com quatrocentos apartamentos, que deverão ser entregues antes do final do ano em curso, e que irá perfazer um total de mil, duzentas e sessenta residências, que deverá ter aproximadamente, oito mil habitantes.

Se formos analisar o núcleo residencial em referência, hoje já possui uma população maior do que muitos municípios do interior, dentro de suas zonas urbanas, sendo que neste núcleo a única benfeitoria pública de âmbito social existente, é o Grupo Escolar construído pela municipalidade, que atualmente já está com deficiência de vagas, mesmo antes da ocupação dos quatrocentos apartamentos em fase de conclusão.

A instalação do referido Posto de Saúde viria beneficiar, não somente aquele núcleo, mas todas as vilas adjacentes que ultrapassam os trinta e cinco mil habitantes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo SENHOR NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado e ao Excelentíssimo SENHOR SEGISMUNDO MORGENSTERN, DD. Secretário de Estado da ASCENSÃO FUNCIONAL ou TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS, através de Lei, pela qual seja instituído o provimento de cargos pelo sistema de PROCESSO SELETIVO INTERNO, ou pela adequação do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado com essa finalidade.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(aaa) IVO THOMAZONI,  
QUIELSE CRISÓSTOMO e  
FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo prefácio do emérito Desembargador Francisco de Paulo Xavier Filho, contido na Constituição Anotada do Paraná, edição de 1978, a adoção da Ascensão Funcional, através de concursos internos ("processos seletivos internos"), bem como a de nova simbologia para a classificação de cargos de Direção e Assessoramento de nível Universitário ("D.A.S."), foi preconizada há mais de uma década pelo Assessor Jurídico da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. Gil César Dantas Bruel.

Efetivamente, durante a gestão do Desembargador Paula Xavier Filho na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, elaborou-se um plano de Classificação de Cargos do Poder Judiciário, pelo qual foram adotados 30 (trinta) níveis

de vencimentos ao invés dos 22 (vinte e dois) existentes naquela época.

Consultando o seu Assessor, o mesmo sugeriu que fossem mantidos os 22 (vinte e dois) níveis de vencimentos com substancial correção de seus valores, e criados cargos e carreiras de Direção e Assessoramento de nível Universitário, distribuídos em nova simbologia. Ao mesmo tempo, seria permitida a Ascensão Funcional para cargos onde não se permitisse o provimento por acesso, através de concursos internos, para corrigir-se um grave problema que ainda persiste: **DESVIOS DE FUNÇÃO**:

Todavia, dada a inexistência de normas similares no Direito Administrativo vigente naquela época, a sugestão foi considerada ousada demais para ser colocada em prática, tendo sido aproveitada apenas parcialmente.

Posteriormente, com o advento do Decreto-Lei n.º 200, surgiria a figura do concurso interno como meio de se readaptar os ociosos.

Ora, se aos ociosos era dada essa oportunidade, porque não estendê-la aos servidores impedidos de obter acesso a outras carreiras pelos meios normais e já superados?

Assim, acabou surgindo no Direito Administrativo o chamado "PROCESSO SELETIVO INTERNO", a fim de possibilitar a "ASCENSÃO FUNCIONAL" ou a "TRANSPosição DE CARGOS".

A respeito da transposição de cargos, recentemente adotada em São Paulo, assim se pronunciou o Governo daquele Estado, na exposição de motivos que acompanha o Projeto de Lei Complementar n.º 7, de 1978:

#### "DA TRANSPosição

A Transposição é uma das mais importantes conquistas introduzidas pelo presente projeto de lei. Corresponde à possibilidade do funcionário ou servidor, mediante um processo seletivo interno, que comprove a sua habilitação, condições e requisitos para o exercício de determinado cargo ou função-atividade, vir a exercer este cargo ou função (artigo 22).

Para o funcionário ou servidor, esse instituto representa a possibilidade de evoluir em sua carreira no serviço público enquanto que, para a Administração, possibilita o imediato aproveitamento de pessoal treinado, qualificado e motivado.

Tal prática corresponde ao recrutamento interno, considerado bastante salutar em qualquer organização, como empresas públicas ou privadas, e sua finalidade é resolver problemas, ampliando as formas de equacionamento nas seguintes situações:

#### a) No provimento de cargos para os quais o acesso se provou inadequado

Cargos como o de chefia e de encarregatura, entre outros, deveriam ser providos por acesso. Na prática, contudo, verifica-se que a regulamentação do acesso, freqüentemente coloca problemas de difícil solução, posto que nem sempre é fácil determinar-se quais são os cargos dentre os quais devem ser recrutados os elementos para o exercício de cargos de chefia.

A transposição como instituto mais flexível, possibilita que a seleção seja efetuada entre aqueles que, tendo se candidatado a ela, reúnam as condições necessárias para o exercício do novo cargo (artigo 27).

O acesso ficará assim, reservado para os casos de carreiras estruturadas, definidas no projeto como Séries de Classes, como Pesquisador Científico, Docentes, Médico Sanitarista, Delegado de Polícia e outras nas quais existe um encadeamento

natural dos níveis de conhecimento, de atribuições e de responsabilidades exigidas de uma classe para a seguinte.

Nos casos em que o conteúdo ocupacional da nova classe seja diverso daquele da classe a que pertencia o cargo anteriormente ocupado, ainda que a experiência e conhecimentos inerentes ao primeiro sejam relevantes para o desempenho no seguinte, poder-se-á utilizar o instituto da transposição (artigo 22 e incisos).

#### b) No oferecimento de oportunidades de carreiras mais amplas a todos os funcionários e servidores.

A evolução dos indivíduos em sua vida profissional freqüentemente não corresponde a modelo ou padrões previamente estruturados, ou mesmo ao encadeamento lógico de cargos, dependendo, como depende, de fatores como oportunidades, vocação, e muitos outros. Assim, para que tais possibilidades sejam oferecidas aos funcionários e servidores, da mesma forma como se oferecem para empregados de quaisquer outras organizações públicas ou privadas, é necessário que haja um mecanismo pelo qual o funcionário ou servidor se candidate a passar para outro cargo ou função, quando houver vaga, não se restringindo necessária e indevidamente o universo de cargos a partir do qual o recrutamento interno possa ser feito (artigo 24).

Respeita-se, contudo, em todos os casos, as exigências estabelecidas para o provimento do novo cargo e o critério de seleção dos melhores, através de um processo seletivo interno. É de se ressaltar que a classificação não é suficiente para o provimento do novo cargo ou preenchimento da função-atividade correspondente, visto como a prova de seleção deverá estabelecer uma nota mínima de aprovação, sem a qual o indivíduo não será considerado apto para o desempenho da função de serviço público inerente ao novo cargo ou função atividade (artigo 23).

#### c) Na adequada correção ou na prevenção de casos de desvio de função.

A crescente demanda de serviços públicos e a imperiosa necessidade de atendê-la, ocasionalmente exigem que funcionários e servidores, por dedicação ao serviço, venham a desempenhar tarefas que transcendem as atribuições de seu cargo ou função. Tais situações, quer pela sua intensidade, quer pelo caráter de habitualidade que podem assumir, configuram aquilo que se convencionou chamar de desvio de função.

Nenhuma lei ou regulamento pode refrear a tendência natural para que tais situações venham, vez por outra, a ocorrer, pois a própria qualificação, dedicação e zelo dos indivíduos contribuem para que elas se verifiquem.

Indispensável, assim, que se encontrasse um meio legal e adequado, não de se proibir a ocorrência de um fenômeno natural em qualquer organização humana, mas sim, de possibilitar a solução das distorções que pode acarretar.

A transposição, permitindo que o funcionário ou servidor passe a exercer ou preencher um novo cargo ou função, evita não só a permanência de uma situação irregular, mas também prejuízos aos funcionários ou servidores, decorrentes da não adequada e justa retribuição pelo trabalho prestado. O artigo 22 indica em que casos pode ocorrer a transposição, e o artigo 23, a forma como ela se

se processará. Os artigos 25 e 26 estabelecem que as vagas excedentes de um processo seletivo ou de um concurso público podem ser realocadas entre os institutos de nomeação ou de transposição.

O artigo 27 estabelece a transposição como sendo a forma de provimento de cargo ou preenchimento de função-atividade de chefia ou encarregatura, dispensando a Administração, nesses casos, reservar parte das vagas para concursos públicos.

Finalmente, o artigo 28 indica a transposição para casos de readaptação por motivo de saúde, dispensando o seu parágrafo único, nestes casos, o processo seletivo, mantendo apenas a exigência de prova de habilitação."

No autógrafo daquela Lei Complementar, cujos princípios já estão sendo aplicados no Estado de São Paulo, a TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS aparece, expressamente, como nova forma de provimento de cargos e é assim definida:

#### "DA TRANSPOSIÇÃO

Artigo 22 — Transposição é o instituto que objetiva a alocação dos recursos humanos do servidor público de acordo com aptidões e formação profissional mediante:

I — a passagem do funcionário de um para outro cargo de provimento efetivo, porém de conteúdo ocupacional diverso;

II — a passagem do servidor de uma para outra função-atividade de natureza permanente, porém de conteúdo ocupacional diverso.

Artigo 23 — A transposição efetuar-se-á mediante processo seletivo especial, respeitadas as exigências de habilitação, condições e requisitos do cargo a ser provido ou da função-atividade a ser preenchida, na forma prevista em regulamento.

Parágrafo Único — Nos demais cargos e funções-atividades pertencentes às autarquias, cujas exigências de habilitação, condições e pré-requisitos foram realizados antes de 28 de fevereiro de 1978 no estabelecimento de um Plano de Reclassificação de Pessoal, em que o orçamento do exercício prevê os recursos financeiros para a cobertura das despesas, a transposição será automática e o ato administrativo expedido pela autoridade competente da própria autarquia, independente de outras quaisquer formalidades.

Artigo 24 — Antes da abertura de concurso público ou de processo seletivo para provimento de cargos ou preenchimento de funções-atividades, parte das vagas de determinadas classes poderá ser reservada para a transposição.

Artigo 25 — Quando o número de candidatos habilitados para provimento mediante proposição for insuficiente para preencher as vagas respectivas, reverterão estas para os candidatos habilitados para provimento mediante nomeação.

Parágrafo Único — O mesmo procedimento de reversão de vagas será adotado quando o número de candidatos habilitados para provimento mediante nomeação for insuficiente para preenchimento das vagas que lhes foram destinadas.

Artigo 26 — O disposto no artigo anterior aplica-se aos processos seletivos para preenchimento de funções-atividades, mediante admissão ou transposição.

Artigo 27 — Os cargos funções-atividades de direção, chefia e encarregatura, pertencentes à Tabela II dos respectivos sub-quadros, serão providos ou preenchidos mediante transposição, não se lhes aplicando o disposto nos artigos 24 e 25 desta lei complementar.

Artigo 28 — Em casos excepcionais, quando em decorrência de inspeção médica verifica-se modificação do esta-

do físico ou mental do funcionário ou do servidor, modificação essa que venha alterar sua capacidade para o trabalho, poderá o funcionário ou servidor ser readaptado mediante transposição, para cargo ou função-atividade mais compatível e de igual padrão.

Parágrafo Único — Na hipótese prevista neste artigo não se aplica o disposto nos artigos 23 e 24 desta lei complementar, ficando o funcionário ou servidor sujeito à prova de habilitação que for julgada necessária."

Convém salientar, que, naquele Estado, cabe à administração fixar o número de vagas destinadas a serem providas mediante "processo seletivo especial".

No estudo preliminar determinado pela Mesa desta Assembléia que precedeu a atual, em colaboração com o Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino, visando a elaboração deste requerimento às nossas autoridades estaduais competentes para analisar a matéria, chegou-se à conclusão que, salvo melhor juízo, no caso de adoção da ASCENÇÃO FUNCIONAL, metade das vagas (cinquenta por cento) deverão ser preenchidas através de PROCESSOS SELETIVOS INTERNOS e outra metade deverá ser destinada a provimento mediante CONCURSOS PÚBLICOS.

Assim, estaremos incentivando a melhoria funcional com o recrutamento interno, e, ao mesmo tempo, propiciando também a renovação de valores e a melhor qualificação profissional com a abertura de concorrência, fator que influirá decisivamente na seleção de pessoal.

A medida parece-nos salutar e já foi adotada em leis estaduais recentemente aprovadas por esta Casa e sancionadas pelo Chefe do Poder Executivo, tais como aquelas que trataram das Classificações de Cargos do Poder Judiciário e da Procuradoria Geral do Estado.

Neste momento, o DASP está promovendo concursos internos visando propiciar a ASCENSÃO FUNCIONAL de servidores do INPS, existindo a possibilidade legal de abertura de concorrência para candidatos "de fora", dividindo-se o preenchimento de vagas numa proporção de cinquenta por cento para os públicos interno e externo, segundo se divulgou pela imprensa (recortes de jornais anexos).

Para que se alcance esse objetivo, será necessária a remessa de Mensagem Governamental propondo a adoção dessas normas através de Lei Ordinária ou mediante alteração do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Nesse último caso, poderão ser modificados, entre outros, os seguintes dispositivos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970:

- 1.º) — Ao artigo 18 seria acrescentado inciso X, estabelecendo a transposição como forma de provimento de cargos.
- 2.º) — Ao artigo 19 seria acrescentado parágrafo único, prevendo-se o processo seletivo interno como meio de classificação de servidores habilitados à Ascensão Funcional através de transposição.
- 3.º) — Ao Capítulo III, "Do Concurso", seriam inseridas normas regulamentadoras da implantação dessa nova forma de provimento de cargos.

Enfim, não pretendem os signatários deste requerimento inovar, mas, apenas instituir como norma geral a ASCENSÃO FUNCIONAL mediante o processo seletivo interno, já particularizada em alguns casos, dando-se, assim, tratamento igual para todos os servidores públicos de nosso Estado, onde se elaborou, pela primeira vez em nosso País, um estudo abordando com seriedade a implantação desse já consagrado instituto!

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja

enviado ofício ao Senhor Secretário da Educação, solicitando informações sobre o fechamento de dois estabelecimentos escolares no Município de Piraquara.

As indagações são as seguintes:

- 01) Qual o real motivo do fechamento da Casa Escolar Tenente Sprenger, do bairro Vila Tebas (Piraquara), sem funcionamento há mais de uma semana?
- 02) Existe alguma verdade na informação da zeladora da Escola, que afirma ser o fechamento motivado pela reciclagem de três professoras da Casa Escolar?
- 03) Existe conhecimento, por parte desta Secretaria, de uma estranha doença que vitimou 29 (vinte e nove) crianças, no início do mês, nesta referida Escola?
- 04) Se existe, quais as medidas tomadas pela Secretaria da Educação com respeito ao caso?
- 05) Qual o motivo real do fechamento da outra escola situada na mesma vila, n.º 868, que já está sem funcionamento há mais de uma semana?

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979

(a) MÁRIO CELSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando as informações abaixo discriminadas:

- 01) Qual foi a doença que vitimou 29 (vinte e nove) crianças da Casa Escolar Tenente Sprenger, na Vila Tebas, no Município de Piraquara?
- 02) Quando ficaram prontos os exames realizados há mais de duas semanas nas crianças vitimadas?
- 03) Existe possibilidade de recrudescimento da doença?
- 04) O fechamento da Casa Escolar Tenente Sprenger e da Casa Escolar n.º 868, localizada dois quilômetros antes da primeira, ocorreu por solicitação desta Secretaria de Estado?
- 05) Quais os laboratórios que estão realizando pesquisas do material recolhido (urina e fezes) quando do internamento das crianças no Hospital Oswaldo Cruz?

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979

(a) MÁRIO CELSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios às Lideranças do MDB e da ARENA na Câmara Federal e Senado, hipotecando-lhes solidariedade no movimento que tem por objetivo adiar a vigência da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, bem como aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, sugerindo-lhes que seja tomada idêntica atitude em relação à vigência da Lei n.º 7113, de 10 de abril de 1979 ou proposta a revogação desta, caso se confirme o adiamento do prazo de entrada em vigor da Lei Complementar Federal n.º 35, de 14 de março de 1974.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Convém salientar, que na data de ontem, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça recebeu comissão composta de mais de uma dezena de Presidentes de Tribunais de Justiça de vários Estados brasileiros, os quais ponderavam sobre a inoportunidade da vigência imediata da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Esse movimento dos magistrados merece especial consideração e provavelmente será acatado nos próximos dias, se

houver um pouco de bom senso por parte de nossas autoridades.

Solidários a essas respeitáveis gestões, solicitamos a aprovação do presente requerimento.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 47/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Inspeção de Ensino de CIDADE GAÚCHA, com jurisdição sobre os Municípios de CIDADE GAÚCHA, TAPIRA, NOVA OLÍMPIA, GUAPOREMA e RONDON.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento da mesma.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1979.

(a) WILSON FORTES.

#### JUSTIFICATIVA:

O número de escolas secundárias e primárias da região é considerável. A região ressenha-se de uma Inspeção de Ensino, a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com maior brevidade.

Considerando este fato, bem como a amplitude da região, propomos à consideração o presente plano de lei, esperando que merecerá a devida atenção, uma vez que se trata de um benefício, em prol do ensino no Paraná, efetivamente, o setor educacional mereceu especial atenção do atual Governo, cabe a nós, homens que representamos as populações interioranas facilitar o trabalho dos abnegados mestres, dotando-os dos instrumentos que não só melhorem o ensino, mas facilitem a solução dos problemas com ele relacionados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Compareço hoje a esta tribuna, para demonstrar a nossa tristeza. A nossa tristeza ao perdermos um companheiro de bancada que, a partir de hoje, irá dirigir os destinos de uma comunidade. Falamos do Deputado Tuguio Setogutte, que aceitou a incumbência de assumir a Prefeitura Municipal de Umuarama.

Nestas poucas semanas que estivemos lado a lado, postulando os mesmos ideais dentro desta Casa de Leis, os laços de amizade entre nós cresceram. Tivemos em Tuguio, não só um companheiro de bancada, mas principalmente um amigo; um amigo não só dentro da Assembléia, mas em todos os momentos.

E hoje cumpre-nos desejar felicidades a este companheiro que se despede da Assembléia. Tuguio aceitou uma missão importante, aceitou o chamamento do Governador Ney Braga, de seus companheiros de Partido e principalmente do povo que o elegeu. A partir de hoje, ele estará à frente da Prefeitura de Umuarama, que se encontra em situação difícil. Mas, temos a absoluta certeza que este nosso companheiro se sairá muito bem. A sua atuação no Legislativo, embora curta foi marcante. Some-se a ela a experiência política deste arenista convicto que o recomenda a ocupar os postos políticos mais importantes de nosso Estado.

Tuguio Setogutte volta a Umuarama para ficar ao lado daquele povo que o trouxe até aqui, como um dos Deputados arenistas mais votados no último pleito. Sua excelente votação também é mais uma demonstração de crédito que nele depositamos e que, temos certeza, fará de Tuguio Setogutte um dos mais dinâmicos Prefeitos deste Estado.

Era este o registro que desejávamos fazer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com muita tristeza e, ao mesmo tempo, nos encontramos bastante alegres, por recertermos, no lugar de Tuguio, uma figura experiente e extraordinária, um homem que já participou deste plenário, desta Assembléia no passado, demonstrando que foi um Deputado autêntico, representando na época a região de Londrina. Este Deputado que hoje assume o lugar de Tuguio Setogutte, tem uma responsabilidade muito grande, pois Tuguio Setogutte foi um companheiro de bancada que muito bem dignificou a Arena paranaense nesta Casa, e foi companheiro também da bancada Emedebista.

Assume hoje a responsabilidade, o Deputado Renato Bueno, representando Cascavel, uma região que está crescendo e progredindo, e a sua responsabilidade nesta Casa é dupla: assumir o lugar de Tuguio Setogutte e representar Cascavel.

Renato Bueno, nós desejamos, em nome da nossa Bancada, da Aliança Renovadora Nacional, as boas vindas, e quiçá este desejo também seja da bancada da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Registramos, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Olivir Gabardo, bem como do Sr. Vereador de Araucária, Sr. Leopoldo Luiz Puleski.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autora dos Srs. Deputados Del Ciel, José Tavares e Fiori Luiz, lido em sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 9 membros, a fim de apurar as irregularidades apontadas, na Fundação Universidade Estadual de Londrina. — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita dos Srs. Líderes de Bancadas, que efetuem a indicação dos Srs. Deputados para comporem a referida Comissão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 159/78, que declara de utilidade pública a Sociedade São José do Rio Verde Acima, com sede e foro na cidade de Araucária. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI N.º 159/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE SÃO JOSÉ DO RIO VERDE ACIMA, com sede e foro na cidade de Araucária.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 167/78, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Palotina. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI N.º 167/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE PALOTINA — A.P.M.I., com sede e foro na cidade de Palotina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 169/78, que declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI N.º 169/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 179/78, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Ir. Clóvis Junqueira, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

##### REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 179/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE ESPÍRITA IR. CLÓVIS JUNQUEIRA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 194/78, que declara de utilidade pública a Associação Presbiteriana Beneficente de Guarapuava, com sede e foro na cidade de Guarapuava. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI N.º 194/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PRESBITERIANA BENEFICENTE DE GUARAPUAVA, com sede e foro na cidade de Guarapuava.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 07/79, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Coronel Vivida. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE LEI N.º 07/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, com sede e foro na cidade de Coronel Vivida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente, Del Ciel, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 10/79, que declara de utilidade pública a Legião Mirim de Rolândia, com sede e

foro na cidade de Rolândia. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 10/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LEGIÃO MIRIM DE ROLÂNDIA, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Ezequias Losso, Presidente; Del Ciel, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. General Oziel de Almeida Costa, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, encarecendo urgente revisão dos critérios de venda de gasolina nos postos, em decorrência dos prejuízos que os atuais critérios estão causando ao homem do campo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação, contendo reivindicações no sentido de que seja construída e criada uma escola de 2.º Grau, no núcleo habitacional Santa Efigênia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Saúde e Bem Estar Social, em forma de apelo, no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde no Núcleo Residencial Santa Efigênia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Rádio Difusão S/A, no sentido de que informe sobre a situação da retransmissão de imagem e som de TV para a região Sudoeste do Paraná. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo e Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes a adoção em nosso Estado, da Ascensão Funcional ou Transposição de Cargos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações sobre o fechamento de dois estabelecimentos escolares no Município de Piraquara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe a respeito de uma doença que atingiu dezenas de alunos da Casa Escolar Tenente Sprenger, na Vila Tebas, em Piraquara. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando votos de aplausos e louvor à Associação Paranaense de Oftalmologia, realizada em Curitiba, do IV Simpósio de Oftalmologia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Rádio 'Continental/Capital, pela excelente programação que vem man-

tendo no ar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado às Lideranças do MDB e da ARENA na Câmara Federal e Senado, hipotecando-lhes solidariedade no movimento que tem por objetivo adiar a vigência da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, para falar em Explicações Pessoais, ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia me furtar, nesta memorável manhã, de fazer uma pequena saudação ao grande homem público, meu amigo pessoal, Deputado Renato Bueno.

Sou um dos poucos Deputados deste Legislativo que teve o privilégio de conviver com este ilustre Parlamentar em legislaturas anteriores.

Conheço-o sobremaneira, identifico-o como um homem público dos mais capazes e de uma lealdade à toda prova. E por conhecê-lo, estou aqui para cumprimentá-lo e dizer da satisfação que nós, Deputados do MDB, e com certeza os Srs. Deputados da Arena sentem no dia de hoje, ao vê-lo aderir a esta Casa de Leis, Sr. Deputado Renato Bueno. E com a certeza de, juntos, convivermos pacificamente, pensando exclusivamente nos mais altos interesses de nosso Estado, e procurando, por uma linha correta, buscar o ideal para nosso Estado e para seu povo.

Quero dizer, nobre Deputado, que estamos aqui nesta Assembléia, para recebê-lo, pelo passado político, pelos imensos serviços prestados à causa pública, não só como Deputado, mas como médico humanitário que tem sido, honrando todos os cargos que Vossa Excelência tem ocupado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência a gentileza do aparte, porque me dá oportunidade de saudar o nobre Deputado Renato Bueno que, como bem disse Vossa Excelência, já conviveu conosco aqui nesta Casa, teve uma passagem das mais brilhantes pelo Poder Legislativo e é um homem público que orgulha o Paraná.

A bancada da Arena, ontem, comovidamente, fez a despedida de um Deputado que prometia muito; mas hoje, estamos recebendo um Deputado no seio da bancada da Arena, e o Poder Legislativo também o está recebendo, já aprovado nas lides parlamentares, já aprovado na administração pública do Estado.

Portanto, temos as melhores esperanças que o nobre Deputado Renato Bueno saberá corresponder aos anseios da gente paranaense.

Quero, nesta oportunidade, fazer a nossa saudação de boas-vindas ao ilustre homem público que hoje se incorpora à bancada arenista desta Casa.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NELSON BUFFARA — Obrigado pelo aparte, ilustre Deputado Erondy Silvério.

Afora outras qualidades que possui o nobre Deputado Renato Bueno, possui outras virtudes, outras qualidades, alinhadas, dentre elas - tenho certeza que todos os Deputados farão coro comigo - lealdade, honestidade de princípios e propósitos, e uma correção em seus atos como poucos homens públicos que tenho conhecido.

Digo, de cátedra, conheço-o suficientemente para fazer essas afirmações.

Receba pois, Deputado Renato Bueno, - não falo em nome da nossa bancada porque o Líder não autorizou, mas tenho certeza que os Srs. Deputados do MDB poderão confiar em minhas palavras, por conhecê-lo profundamente, e solidarizar-se comigo na saudação que faço nesta manhã.

O Sr. Renato Bueno — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado Nelson Buffara, ouvi com a maior atenção as palavras bondosas de Vossa Excelência com referência à minha pessoa.

Então quero, nesta oportunidade, agradecer a Vossa Excelência, aos nobres Deputados que pessoalmente também me cumprimentaram hoje, quando assumo esta Cadeira aqui neste Poder Legislativo, principalmente aos Srs. Deputados que estão se manifestando através de suas palavras da tribuna, como é o caso de Vossa Excelência, como foi o caso do nobre Deputado Tércio Albuquerque, meu prezado amigo, ao Líder da nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, com quem, igualmente como com Vossa Excelência, exercemos aqui mandato nesta Casa no passado.

Assim, nobre Deputado, quero sinceramente comovido, agradecer as palavras de Vossa Excelência, e dizer que continuaremos como no passado, amigos, idealistas, com os melhores propósitos de servir à causa pública do nosso querido Estado do Paraná.

O SR. NELSON BUFFARA — Deputado Renato Bueno, Vossa Excelência tem todas as condições de entrar nesta Casa, preenchendo uma lacuna difícil, do Deputado Tuguio Setogutte, que ontem despediu-se desta Casa. Vossa Excelência preencherá, com todos os requisitos, uma missão que não era fácil, mas que agora, na pessoa de Vossa Excelência, certamente o será.

O Sr. David Cheriegate — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Queremos aproveitar esta oportunidade, para nos unirmos a todos os companheiros desta Casa, para também saudar o nosso novo companheiro que assume nesta oportunidade, o ilustre Deputado Renato Bueno. A presença desse ilustre Deputado nesta Casa de Leis, vem se unir à grande representação do Oeste do Paraná nesta Assembléia Legislativa.

E nós, que conhecemos o trabalho de Renato Bueno como médico e como cidadão cascavelense, temos certeza de que teremos aqui um ilustre companheiro, para que juntos, possamos cada vez mais elevar o nome de Cascavel e da Região Oeste do Paraná dentro desta Casa.

E quero, nesta oportunidade, saudar o ilustre companheiro Renato Bueno, e desejar que ele seja muito feliz no seu novo reingresso nesta Casa de Leis de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Para finalizar, quero fazer os mais sinceros votos, os meus augúrios pessoais, para que o nobre Deputado continue sendo o que foi no passado. Tenho certeza que Vossa Excelência somente honrará e dignificará a sua vida pública, para satisfação dos seus familiares.

É o que Vossa Excelência realmente merece.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima quarta-feira, dia 02 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 16, 17 e 18/79;

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 79 e 165/78, e dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 19, 20 e 21/79.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** **9ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA** **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril, do ano de hum mil, novecentos e setenta e nove, às quatorze horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com a Resolução n.º 327/77, sob a

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, e presentes os Srs. Deputados: José Tavares, Renato Bernardi, Augusto Carneiro, Nelson Friedrich, Deni Lineu Schwartz, Fidelcino Tolentino, Ezequias Losso e Ailton Cordeiro, bem como os Senhores Assessores Itiberê da Cunha e Luiz Fernando Carneiro. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Reunião anterior. Constatou da Hora do Expediente, Resolução n.º 109/79, promulgada em 24.4.79, em razão da qual o Sr. Presidente empossa os Srs. Deputados Ezequias Losso e José Tavares, Arena e MDB, como Membros Efetivos desta Comissão, desejando votos de profícua participação nos trabalhos desta Comissão. O Sr. Deputado Renato Bernardi requer inserção em Ata, de votos de boas vindas aos novos integrantes da Comissão. Os Srs. Deputados Ezequias Losso e José Tavares usam da palavra para agradecerem a manifestação e colocarem-se à disposição do Sr. Presidente e demais Membros, sentindo-se honrados com a oportunidade de participar da Comissão. A seguir passou-se à seguinte Ordem do dia: PROJETO DE LEI N.º 24/79, do Deputado Gilberto Carvalho. Denomina Misdei Moreschi a estrada que liga Itambé-Floresta. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável. Aprovado. 2) PROJETO DE LEI N.º 28/79, do Deputado Wilson Fortes. Dá nova denominação ao Distrito dos Catarinenses, no Município de Paranavaí. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Requer seja convertido em diligência junto ao Tribunal de Justiça. Deferido. 3) PROJETO DE LEI N.º 30/79, do Deputado Basílio Zanusso. Modifica as divisas do Distrito Administrativo de Alto Alegre, no Município de Colorado. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Requer seja convertido em diligência junto à Câmara Municipal de Colorado. Deferido. 4) PROJETO DE LEI N.º 37/79, do Deputado José Domingos Scarpellini. Declara de utilidade pública o Albergue Casa do Caminho, da cidade de Apucarana. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 5) PROJETO DE LEI N.º 40/79, do Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública a Sociedade Paranaense de Ortodontia, de Curitiba. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 6) PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/79, do Deputado Antônio Facci. Regulamenta a concessão de bolsas de estudos pela Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 7) PROJETO DE LEI N.º 06/78, do Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá. Relator Deputado Renato Bernardi. Parecer Favorável. Aprovado. 8) PROJETO DE LEI N.º 87/78, do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6964, de 20.12.77, Criação dos Distritos de São Jorge, São João e Paredão. Relator Deputado Nelson Friedrich. Parecer Favorável. Aprovado. 9) PROJETO DE LEI N.º 124/78, do Deputado Nilso Squarzi. Declara de utilidade pública o Instituto Santo Antônio do Bem Estar do Menor, Isabem, da cidade de Santo Antônio do Sul do Oeste. Relator Deputado Nelson Friedrich. Parecer Favorável. Aprovado. 10) PROJETO DE LEI N.º 24/77, do Deputado Francisco Escorsin. Denomina Antônio Lacerda Braga, a rodovia que liga o Município de Lapa ao de Porto Amazonas. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer Favorável, com Substitutivo Geral. Aprovado. 11) PROJETO DE LEI N.º 95/77, do Deputado Adalberto Daros. Concede redução tarifária em transportes coletivos intermunicipais a estudantes universitários conforme especifica, e dá outras providências. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Deferida vista ao Deputado Augusto Carneiro. 12) PROPOSIÇÃO N.º 42/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 37/79, encaminhando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Curitiba, para fins que especifica. Relator Depu-

tado Fidelcino Tolentino. Parecer Favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 13) PROPOSIÇÃO N.º 50/79, do Poder Judiciário. Ofício solicitando autorização para prosseguimento da denúncia n.º 02/78, Comarca de Curitiba, em que é indiciado o Deputado Fidelcino Tolentino. Relator Deputado Gilberto Carvalho. O Senhor Deputado Fidelcino Tolentino solicita autorização para afastar-se da reunião, a fim de que a matéria possa ser apreciada sem insenção. Deferida a solicitação. Parecer do Senhor Relator, Favorável à apreciação pelo Plenário da citada Proposição. Em discussão e votação.

Aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão. ....

(aa) GILBERTO CARVALHO

Presidente

Rita Soares Bertoli

Secretária